



ACÓRDÃO Nº117/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12350/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Casa Militar.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Fabiano Machado Bó (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 153/2022-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Casa Militar .
Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Determinação.
Quitação. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anuais da Secretaria de Estado da Casa Militar - SECM, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do CEL QOPM **Fabiano Machado Bó**, Secretário Chefe da Casa Militar, nos termos dos arts. 1º inciso II, 22, inciso II, e 24 da Lei nº 2.423/1996 e arts. 188, § 1º, inciso II, e 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

10.2. Determinar à atual gestão da Secretaria de Estado da Casa Militar - SECM e seus sucessores que:

10.2.1. Adotem as providências cabíveis, juntamente com a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, para que se abstenham de anular ou cancelar empenhos de obrigações em plena execução por ‘ajuste orçamentário’, adotando, se for o caso de comprovada necessidade de redução de dispêndio, as medidas de contingenciamento fiscal ou



ACÓRDÃO Nº117/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

orçamentário-financeiro corretos, com respeito às leis federais das finanças públicas e das licitações;

10.2.2. Façam um planejamento adequado das ações desenvolvidas pela SECM, ante as demandas usuais do Governador e Vice-Governador, de modo a promover os procedimentos licitatórios previamente à realização das despesas, inclusive com o manejo de registros de preços, diante da variação das necessidades administrativas declinadas, que podem ser variáveis, mas não são ocasionais, nem excepcionais.

10.3. Dar quitação ao CEL QOPM **Fabiano Machado Bó**, Secretário Chefe da Casa Militar, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, após o cumprimento do item 10.2;

10.4. Determinar à Secretaria Geral do Controle Externo – SECEX que observe, por meio das próximas inspeções *in loco* ou via sistema e-Contas, se a Unidade Gestora em epígrafe está cumprindo as determinações supracitadas;

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno - Sepleno que dê ciência ao CEL QOPM **Fabiano Machado Bó** acerca do teor do *decisum*, nos termos do art. 161 da Resolução TCE/AM nº 04/2002, encaminhando-lhe cópia deste Relatório/Voto e do sequente Acórdão;

10.6. Arquivar os autos nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Fevereiro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº117/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral